

Formação de professores em uma perspectiva multirracial: a Lei n. 10.639 e as contribuições para a consolidação de uma autoimagem negra positiva

Márcia Cristina Américo*
Viviane Luiz**

Objetivos

A proposta tem por finalidade discutir práticas educativas e a formação de professores e professoras, considerando a obrigatoriedade do ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares a partir da Lei n. 10.639/03 e da Lei n. 11.645/08.

Introdução

A necessidade de discutirmos as relações étnico-raciais e sua formação na sociedade brasileira é imprescindível para que a criança negra possa ter uma formação positiva no que concerne à sua autoimagem, considerando a forma de se olhar/ser olhada, perceber/ser percebida e se aceitar/ser aceita nos diferentes espaços que compreendem a sociedade.

À medida que a população negra, incluindo as crianças, se vê representada em espaços demarcados e/ou estabelecidos de marginalidade social, tais como nos faróis e outras situações de rua, na mendicância, associadas às drogas, à prostituição infantil e outras situações discrepantes que parecem associar negro(a) à desestrutura familiar, dá-se margem a uma noção equivocada que acentua ou contribui para reforçar o racismo, mesmo considerando que o genoma humano já tenha trazido a superação do conceito de raça. Nesse sentido, Rufino conceitua o Racismo da seguinte maneira:

* Universidade Metodista de Piracicaba - Programa de Pós-Graduação - Mestrado em Educação. Núcleo de Pesquisas: Práticas Educativas e Processos de Interação.

** Universidade Metodista de Piracicaba - Programa de Pós-Graduação - Mestrado em Educação. Núcleo de Pesquisas: Práticas Educativas e Processos de Interação.

Racismo é a suposição de que há raças e, em seguida, a caracterização bio-genética de fenômenos puramente sociais e culturais. É também uma modalidade de dominação ou, antes, maneira de justificar a dominação de um grupo sobre o outro, inspirada nas diferenças fenotípicas da nossa espécie. Ignorância e interesses combinados, como se vê.¹

Ao contextualizar a história da população negra, é necessário discutir os conceitos de raça e racismo, haja vista que tais conceitos estão atrelados à construção histórica do negro(a) no Brasil, trazendo implicações no que diz respeito à fenotipia associada à imagem negra.

O Movimento Negro e alguns cientistas sociais quando falam em raça não o fazem mais alicerçados na idéia de purismo social tampouco de supremacia racial. Ao contrário, usam essa categoria com uma nova interpretação, baseados em uma reapropriação social e política, construída pelos próprios negros. Usam-na, ainda, porque, no Brasil, o racismo e a discriminação racial que incidem sobre os habitantes negros ocorrem não somente em decorrência dos aspectos culturais presentes em suas vidas, mas pela conjugação entre esses aspectos (vistos de maneira negativa) e pela existência de sinais diacríticos que remetem esse grupo a uma ancestralidade negra e africana. Dessa forma, ao discutirmos sobre as relações entre negros e brancos no Brasil, não podemos desconsiderar o peso dos aspectos raciais. [...] Raça é aqui entendida como um conceito relacional que se constitui histórica, política e culturalmente.²

Nesse sentido, o Movimento Negro ressignifica o conceito de raça, agregando, além da questão física, uma conotação que denota um posicionamento político e identitário. Ser negro é, sobretudo, um posicionamento político de enfrentamento às desigualdades raciais.

As consequências do processo de colonização das várias Áfricas, bem como do processo de colonização do Brasil por meio da exploração das riquezas naturais, das forças produtivas e das relações de produção para a acumulação primitiva do capital, são evidenciadas pelas desigualdades sociais, econômicas, políticas e culturais da população negra.

É diante de uma reconfiguração histórica brasileira a partir da autoidentificação e autorreconhecimento da população negra em meados da década de 1980, que as reivindicações do Movimento Negro assumem de maneira mais acirrada uma postura de enfrentamento ao racismo à moda brasileira, trazendo à tona o pressionamento político para a reformulação da proposta pedagógica nas

¹ RUFINO *apud* MUNANGA, Kabengele. *Superando o racismo na escola*. 3. ed. Brasília: MEC/SEF, 2001. p. 53.

² GOMES *apud* CAVALLEIRO, Eliane (Org.). *Racismo e anti-racismo na educação: repensando nossa escola*. São Paulo: Summus, 2001. p. 84-85.

instituições escolares de maneira que esse segmento se veja representado de maneira positiva na sociedade.

Metodologia

A proposta que se segue tem como público-alvo discentes da Pedagogia, professoras(es) atuantes, educadores e toda comunidade escolar, considerando as novas exigências curriculares no que concerne à Lei n. 10.639/03 e a Lei n. 11.645/08 que altera a LDBEN, Lei n. 9394/96, que traz a obrigatoriedade do ensino da História da África e das contribuições do segmento negro no processo de formação da identidade brasileira. Consideramos que para a validação e/ou implementação da lei faz-se necessário trabalhar a formação dos(as) professores(as) no tratamento das questões étnico-raciais.

Nesse sentido, ao pensarmos uma proposta de formação, elencamos os seguintes aspectos: O processo histórico da população a partir das várias Áfricas; Origem do racismo; Resistência negra; Identidade e Autoestima da criança negra, contando com autores relevantes nestas temáticas, tais como: Clóvis Moura, Nilma Lino Gomes, Eliane Cavalleiro, Kabengele Munanga, Milton Santos, dentre outros.

A proposta tem por finalidade contribuir com a formação de professoras (es) inseridas (os) no contexto educacional, tecendo considerações na implementação da prevista nas Lei n. 10.639/03 e na Lei n. 11.645/08, que altera a LDBEN, no sentido de continuar contribuindo com o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana nos estabelecimentos de Ensino Fundamental e Médio, oficiais e particulares, que traça diretrizes para uma política curricular, objetivando o combate ao racismo e às discriminações.

A história do negro no Brasil foi crucial no processo de desenvolvimento político, social e econômico da nação. Interessante notar que, apesar dos quase cinco séculos de resistência à exploração, abandono e exclusão socioeconômica, atualmente pouco ou nada se tem feito de forma efetiva e sustentável para a melhoria de qualidade de vida dessas pessoas.

A sociedade brasileira aponta as contradições reveladoras de uma situação camuflada de racismo através do mito da democracia racial. Para o autor Pétré-Grenouilleau, a colonização e escravização dos indígenas e africanos no Brasil não ocorreram de forma harmoniosa assim como a miscigenação. O fenômeno da miscigenação brasileira é um fato, mas não se pode deduzir daí, que essa mistura seja sinônimo de harmonia. Ele aponta que,

sob formas dissimuladas ainda há segregação e racismo no Brasil, do mesmo modo que em outras partes da América e do Mundo. Não podemos **escrever** a história passada da escravidão no Brasil a partir da imagem da sociedade à qual ela supostamente deu origem um ou dois

séculos depois!³

O autor contextualiza a escravidão no decorrer da história da humanidade através das lendas e contos do canibalismo, das histórias bíblicas e pesquisas científicas utilizadas para justificar e legitimar a escravização como um fenômeno antigo a ser considerado “como mais ou menos universal, natural, tradicional e progressista. Nesse sentido, considera que não há justificativas para qualquer forma de escravização, ou seja, todas as formas cabíveis de escravização não se justificam [...] a escravidão nem sempre existiu e que algumas sociedades humanas não tiveram escravos”. Em suma, a escravidão não foi universalmente difundida, ao contrário do que diziam alguns escravagistas. Portanto, “não deriva de uma espécie de constante antropológica, no sentido de que não está automaticamente ligada à presença do homem”.⁴

Muitos autores, ao pensarem o escravismo de forma naturalizada, simplista e inerente ao ser humano, legitimaram a hierarquização da raça humana, bem como as diferentes formas de escravização (mais branda, mais humana, paternalista, entre outras) equivocadamente, consideradas presentes desde o início da história da humanidade e que persistem ainda hoje de forma clandestina através da demarcação dos espaços sociais de circulação da população negra, introjetada por meio das associações depreciativas e dos estereótipos negativos que associam a população negra à subserviência, inferioridade e desprestígio social.

Essa naturalização foi/é intencional, ideológica, estando atrelada ao processo histórico que favoreceu o fortalecimento das elites envolvidas no processo mercantil, colonial e escravista entre a África, Europa e Brasil a partir do século XV. A escravização dos negros africanos foi uma das formas de fortalecimento social, econômico, político e cultural na expansão geopolítica e na disseminação dos interesses capitalistas.

Vivemos num mundo confuso e confusamente percebido. Haveria nisso um paradoxo pedindo uma explicação? De um lado, é abusivamente mencionado o extraordinário progresso das ciências e das técnicas, das quais um dos frutos são os novos materiais artificiais que autorizam a precisão e a intencionalidade. De outro lado, há, também, referência obrigatória à aceleração contemporânea e todas as vertigens que cria, a começar pela própria velocidade. Todos esses, porém, são dados de um mundo físico fabricado pelo homem, cuja utilização, aliás, permite que o mundo se torne esse mundo confuso e confusamente percebido. Explicações mecanicistas são, todavia insuficientes. É a maneira como, sobre essa base material se produz a história humana que é a verdadeira responsável pela criação da torre de babel em que vive a nossa era globalizada. Quando tudo permite imaginar que se tornou possível a

³ PÉTRE-GRENOUILLEAU, Olivier. *A história da escravidão*. São Paulo: Boitempo, 2009. p. 22.

⁴ PÉTRE-GRENOUILLEAU, 2009, p. 55.

criação de um mundo veraz, o que é imposto aos espíritos é um mundo de fabulações que se aproveita do alargamento de todos os contextos para consagrar um discurso único. Seus fundamentos são a informação e o seu império, que encontram alicerce na produção de imagens e do imaginário, e se põem ao serviço do império do dinheiro, fundado este na economização e na monetarização da vida pessoal.⁵

Diante da complexidade da temática da escravização, bem como das múltiplas implicações (econômicas, sociais, psicológicas) ocasionadas às vítimas do escravismo, Schaff nos traz um alerta na sua obra *História e verdade*, quando inicia a discussão sobre história, mencionando as diferentes visões que os historiadores apresentam de um mesmo acontecimento segundo os diversos sistemas de valores nos quais se baseiam, sendo a expressão de interesses de classes opostos e concepções de mundo divergentes. Alertamo-nos para o fato de que a história da escravidão foi contada sob a ótica de quem escravizou e não na de quem foi escravizado, no entanto sob uma perspectiva eurocêntrica, em função de uma ideologia, de sistemas de valores expressos no interesse de classes opostas, e privilegiando uma classe em detrimento a outra. “Toda escolha e todo encadeamento de fatos pertencentes a um grande domínio da história, história local ou mundial, história de uma raça ou de uma classe, são inexoravelmente controladas por um sistema de referência no espírito daquele que reúne os fatos”.⁶

Munanga, no livro *Origens africanas no Brasil contemporâneo: histórias, línguas, culturas e civilizações*, retoma a história contada sobre os índios brasileiros que eram livres e recusaram o trabalho escravo, obrigando os colonizadores europeus a buscar mão de obra escrava na África, comprando-os através da troca de fumo da Bahia e outras quinquilharias, com a permissão dos reis e príncipes africanos. Refuta a concepção da existência dos escravos como categoria natural ou que na África os seres humanos já nascem escravos. “A partir dessa crença podemos já formular uma dúvida e fazer a primeira indagação. Uma pessoa, homem ou mulher, pode nascer escrava ou todos nascem livres, até que algum sistema os escraviza no decorrer de uma vida”.⁷

Estrategicamente, ao invés de problematização de uma forma de dominação tão desumana como foi o escravismo, mudou-se o foco da questão, como muitos equivocadamente o fazem nos dias de hoje ao dizerem irrefletidamente que o negro tem preconceito de si mesmo, no passado atribuíram aos negros à culpa pelo escravismo, não mencionando quem desfragmentou povos por interesses escusos, e hoje não se problematiza porque parte deste segmento

⁵ SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. 6. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001. p. 18.

⁶ SCHAFF, Adam. *História e verdade*. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1991. p. 69.

⁷ MUNANGA, Kabengele. *Origens africanas no Brasil contemporâneo: histórias, línguas, culturas e civilizações*. São Paulo: Global, 2009: p. 88.

tem vergonha de ser negro(a), não assumindo sua identidade étnica, como se essa não aceitação não tivesse sido construída socialmente.

Os africanos se envergonham de sentir-se corresponsáveis pelo tráfico de seus próprios povos, por terem, por intermédio de alguns de seus dirigentes tradicionais, participado do tráfico. Os Europeus e os brasileiros brancos querem se libertar do complexo de culpa ao transferir a responsabilidade aos reis e príncipes africanos envolvidos no comércio e no tráfico negreiro. Toda essa dinâmica dificulta o tratamento objetivo de um assunto de maior importância na história da humanidade. Todos deveriam se sentir envolvidos na criação das condições de um novo humanismo.⁸

Tal problematização se faz necessária, sobretudo para retirar das vítimas do sistema capitalista a situação de culpa, considerando a crueldade deste sistema que exclui a população negra ao acesso aos bens culturais, materiais e a faz sentir incapaz por não ter acesso a emprego, educação e condições concretas para garantia da sobrevivência e dignidade humana.

Com o advento da pós-abolição, a população negra foi exposta a uma situação de marginalidade social, no que se refere à inacessibilidade aos bens materiais e culturais, ainda considerando o processo de enfavelamento e a nova composição territorial que compreenderá as favelas como o local da moradia dos negros(as) “livres”.

Os países ocidentais envolvidos no tráfico e na escravidão não acolheram as reivindicações de reparação e indenização feitas pelas representações dos países africanos na III Conferência Mundial da ONU contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata, realizada na África do Sul na cidade de Durban, de 31 de agosto a 8 de setembro de 2001. Com os atentados ao World Trade Center, em 11 de setembro desse mesmo ano e a retirada dos países como os Estados Unidos e Israel antes de assinarem o documento final,⁹ a conferência foi ofuscada. “Justificativa de ordens jurídicas, socioeconômicas e políticas se misturaram para impedir o aprofundamento adequado de uma demanda social e

⁸ MUNANGA, 2009, p. 80.

⁹ “Tendo ouvido os povos do mundo e reconhecendo suas aspirações por justiça, por igualdade de oportunidades para todos e cada um, no gozo de seus direitos humanos, incluindo o direito ao desenvolvimento, de viver em paz e em liberdade e o direito à participação em condições de igualdade, sem discriminação econômica, social, cultural, civil e política; Reconhecendo que a participação igualitárias de todos os indivíduos e povos na formação de sociedades justas, equitativas, democráticas e inclusivas pode contribuir para um mundo livre do racismo, da discriminação racial, da xenofobia e de intolerância correlata; Enfatizando a importância da participação equitativa de todos, sem qualquer discriminação, nas tomadas de decisão tanto locais quanto globais; Afirmando que racismo, discriminação racial, xenofobia e intolerância correlata, quando equivalem a racismo e discriminação racial, constituem graves violações de todos os direitos humanos e obstáculos ao pleno gozo destes direitos, e negam a verdade patente”. Declaração de Durban. III Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação, Xenofobia e Intolerância correlata.

humana tão importante”.¹⁰ Porém, essa conferência entra como um marco histórico na luta contra a “discriminação racial, do genocídio, do crime do *apartheid* e da escravidão, como está definida nas obrigações dos importantes instrumentos de direitos humanos”.¹¹

Resultados

Em uma constância de lutas por melhorias, ainda hoje, após 120 anos da abolição da escravatura, como parte integrante da sociedade brasileira, o povo negro revê o seu papel, a sua situação econômica, política e social, ressignificando as suas relações no processo de transformação da nação.

Nesse movimento de ressignificação, há um caminho trilhado pelo protagonismo negro brasileiro no sentido de promover ações visando uma sociedade mais justa e com igualdade de oportunidades. Dentre essas ações, podemos destacar as Ações Afirmativas e as Políticas de Reparação, compreendidas como medidas compensatórias no que se refere às distorções históricas a que foi submetida a população negra. “O movimento negro deixa de lado as reivindicações universalistas para pleitear políticas corretivas e compensatórias voltadas para a população negra nos planos estaduais, federais e municipais”.¹²

Para aqueles e aquelas que desconhecem a luta do movimento negro para a efetivação de ações concretas de combate ao racismo pode não ser de relevância uma lei como a Lei n. 10.639 e a Lei n. 11.645/08, que traz a obrigatoriedade do ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana nos estabelecimentos de Ensino Fundamental e Médio, oficiais e particulares, porém, ao protagonismo negro, às vítimas de situações de racismo e, portanto combatentes, essa lei é de extrema relevância, pois a partir dela existe uma provocação e movimentação das instituições escolares no sentido de pesquisar e buscar formação para o tratamento das questões étnico-raciais de maneira propositiva.

Considerações finais

A Instituição Escolar, sendo promotora do ensino sistematizado, é uma forte aliada para a efetivação de maneira positiva e responsável da valorização da diversidade cultural por meio da reflexão acerca das distorções históricas a que os negros estiveram submetidos em função da discriminação racial e do racismo, bem como no resgate da contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política na História do Brasil.

¹⁰ MUNANGA, 2009, p. 81.

¹¹ MUNANGA, 2009, p. 81.

¹² GUIMARÃES, Antônio S. A. *Ações Afirmativas para a população negra no Brasil*. o acesso às universidades públicas. 2002. p. 5. Disponível em: <<http://www.ufscar.br/~neab/pdf/modulo1.pdf>>. Acesso em: 22 abr. 2010.

Durante muito tempo, o tema da formação do povo brasileiro foi tratado de maneira perversa, principalmente para com a criança negra que em todo 13 de Maio era obrigada a ver a história de seus antepassados contada de forma equivocada, negros amarrados, presos em cordas, espancados e quando muito associado a uma conotação deturpada e exótica da África e dos africanos, negando à infância negra a compreensão da contribuição do seu povo na produção cultural, artística e econômica do nosso país. O Continente Africano sendo apresentado nos manuais didáticos de forma homogênea e unificada desconsidera/desconsiderou as várias áfrias e suas riquezas. Matosso, porém, aponta para:

Verdadeiros impérios centralizados, com autoridade, confederações tribais, reinos mais ou menos reconhecidos por seus vizinhos, cidades-ousadas com seus ricos mercados nos caminhos do ouro, das especiarias, do marfim, do sal, dos escravos e, por toda parte, um povo de guerreiros, pescadores, pastores, comerciantes e agricultores, cujas lutas intestinas ou alianças mais ou menos sólidas é fora do propósito tratar aqui.¹³

Como educadores, é importante ampliar o conhecimento para uma visão histórica que aponte a resistência ao escravismo e o protagonismo negro nos diferentes segmentos da população na história. Nesse sentido, a relevância deste trabalho é discutir o que significa ser tratado com igualdade, sobretudo, no âmbito social, pensando nossa prática de forma que o ensino da história e da cultura afro-brasileira, não tenha como ponto de partida o modelo etnocêntrico europeu, pois esse modelo pode nos levar a reproduzir inconscientemente o preconceito em sala de aula ao não trabalhar com nossos alunos a História da África e as contribuições do povo negro na formação da nacionalidade brasileira. Sem ufanismo, mas também sem escamotear a verdade. Desta forma, buscamos oferecer contribuições para a elaboração de práticas educativas que contemplem em uma perspectiva multirracial o ensino da História da África e cultura Afro-Brasileira de maneira propositiva para a consolidação de uma autoimagem negra positiva.

¹³ MATTOSO, Kátia M. Queirós. *Ser escravo no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1988. p. 24.

Formação de professores em uma perspectiva multirracial: a Lei n. 10.639 e as contribuições para a consolidação de uma autoimagem negra positiva

Resumo

A educação, como etapa fundamental no processo da formação e constituição do grupo humano a partir das interações e das relações sociais, conta com a diversidade e riquezas compostas por diferentes grupos étnico-raciais da população brasileira. Nosso desafio é avançar às discussões de práticas educativas no ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana no âmbito escolar nas etapas da educação do Ensino Básico, Fundamental e Médio nas instituições oficiais e particulares. Partindo de uma concepção que compreende o caráter político e emancipatório da educação, comprometida e articulada com a formação libertária dos grupos humanos, este artigo discute processos educativos e formação de professores a partir da autoimagem e autoidentificação, considerando a história, cultura e identidade negra. Buscamos algumas diretrizes que caminhem no sentido de nortear educadores, professores e professoras, discentes da pedagogia e multiplicadores no processo de desconstrução de estereótipos negativos que foram socialmente cristalizados em relação à população negra. Uma vez que a escola está desafiada a discutir, planejar e implantar pedagogicamente ações que promovam reflexões sobre as questões raciais a partir da Lei n. 10.639/03, que traça diretrizes para uma política curricular, objetivando o combate ao racismo e às discriminações, a temática proposta abrange e problematiza os seguintes elementos: conceitos de raça e racismo, a construção histórica da população negra no Brasil; resistência negra em relação ao escravismo; problematização acerca dos dados que revelam situações multifatoriais de desigualdade da comunidade negra; reparação histórica e ações afirmativas; identidade e autoestima da criança negra; práticas educativas no cotidiano escolar.

Palavras-chave

Educação multirracial. Autoimagem. Formação de professores.

Teacher training under a multiracial perspective: the Law n. 10,639 and the contributions for the consolidation of a positive black self-image

Abstract

Education, as a key step in the process of formation and constitution of the human group from interactions and social relations, can count on the diversity and the richness composed by different ethnic-racial groups of the Brazilian population. Our challenge is to advance on the discussion of educational practices in the teaching of Afro-Brazilian and African History and Culture in the school stages of basic education, elementary and high schools in official and private institutions. Starting from a concept which comprehends a political and emancipatory aspect of education, committed and articulated to the libertarian training of human groups, this article discusses the learning processes and the teacher training from the self-image and self-identification, considering the history, culture and black identity. We seek a few guidelines in order to guide educators, teachers, students of pedagogy and multiplier in the process of deconstructing negative stereotypes that have been socially crystallized in relation to the black population. Since the school is challenged to discuss, plan and implement activities that promote pedagogically reflections on racial issues from the Law n. 10.639/03, which sets out guidelines for a curriculum policy, aimed at combating racism and discrimination, the proposed topic discusses the following elements: concepts of race and racism; the historical construction of the black population in Brazil; black resistance in relation to slavery; questioning about the data which shows multifactorial situations of inequality in the black community; historical redress and affirmative action; identity and self-esteem of black children; educational practices in the classroom.

Keywords

Multiracial Education. Self-image. Teacher.

[Recebido em: junho 2010 e
aceito em: janeiro 2011]